



Câmara Municipal de Valongo

DESPACHO N.º 07/GAM/2022

Assunto: Subdelegação de competências na Senhora Diretora do Departamento de Gestão Financeira e Fundos Comunitários - DGFFC

Pelo Despacho n.º 31/GAP/2022, de 19 de outubro, o senhor Presidente da Câmara delegou-me e subdelegou-me competências para superintender em algumas áreas cometidas ao Departamento de Gestão Financeira e Fundos Comunitários;

O artigo 38.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prevê a possibilidade de delegação ou subdelegação de competências no dirigente da unidade orgânica competente, pelo que, ao abrigo do aludido despacho e da referida norma legal, subdelego, com possibilidade de subdelegação, na senhora Diretora do Departamento de Gestão Financeira e Fundos Comunitários, **Ana Maria Moura dos Santos**, competências nas seguintes áreas:

- **Da Unidade de Fundos Comunitários**

1. Dar cumprimento às deliberações da Câmara Municipal, respeitantes àquelas áreas de atividade;
2. Dar cumprimento às deliberações da Assembleia Municipal, respeitantes às referidas áreas sempre que para sua execução seja necessária a intervenção da Senhora Diretora;
3. Praticar os atos necessários à administração corrente e conservação do património municipal afeto às mesmas áreas;
4. Gerir os recursos humanos afetos às suas áreas, no que respeita às seguintes matérias:
 - a. Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;
 - b. Justificar faltas;
 - c. Homologar a avaliação de desempenho dos trabalhadores, nos casos em que o senhor Diretor não tenha sido notador;
 - d. Decidir em matéria de organização e horário de trabalho, tendo em conta as orientações superiormente fixadas.
5. Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos que tramitem pelas aludidas áreas;

6. Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam do meu despacho;

7. Praticar outros atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da competência decisória subdelegada;

8. Assinar correspondência e o expediente necessário à mera instrução dos processos que corram nas suas áreas, ao abrigo do n.º 3, do artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;

A senhora Diretora deverá prestar-me, regularmente, informação detalhada sobre o exercício das competências que nela ficam delegadas.

O presente despacho produz efeitos a partir desta data.

Publique-se o presente despacho no sítio do Município na internet e afixe-se nos lugares públicos do costume.

Valongo, 19 de outubro de 2022

O Vereador



(Paulo Jorge Esteves Ferreira)